



podemos

CÂMARA

LÉO MORAES É O NOVO LÍDER DO PODEMOS

Pág. 10

Deputado Federal
Léo Moraes (RO)

PODEMOS ANUNCIA A FILIAÇÃO DA DELEGADA PATRÍCIA DOMINGOS, PRÉ-CANDIDATA À PREFEITURA DO RECIFE

Pág. 5

RENATA ABREU CONVOCA CONSUMIDOR PARA ELABORAR PROJETO SOBRE PLANO DE SAÚDE

Pág. 8

MEDEIROS APRESENTA PROJETO PARA MANTER INCENTIVOS À PRODUÇÃO DE ENERGIA SOLAR

Pág. 13



SUMÁRIO

3 Diego Garcia cobra votação de pautas relevantes para 2020

4 PEC da segunda instância, fim do foro privilegiado e reforma tributária farão a diferença no Brasil”, afirma José Nelto

5 Podemos anuncia a filiação da delegada Patrícia Domingos, pré-candidata à prefeitura do Recife

6 Partidos políticos podem ser incluídos na Lei de Acesso à Informação

8 Renata Abreu convoca consumidor para elaborar projeto sobre plano de saúde

Léo Moraes é o novo líder do Podemos

10 Bacelar alerta para risco de monopólio dos jogos

12 Medeiros apresenta projeto para manter incentivos à produção de energia solar

13 Igor Timo anuncia parceria para garantir água e mais dignidade para moradores do Vale de Jequitinhonha

14 Eduardo Braide destaca o caminho do Brasil para 2020

16 Projeto de Patrícia Ferraz garante ao MEC emissão de carteira estudantil gratuita

17



DIEGO GARCIA COBRA VOTAÇÃO DE PAUTAS RELEVANTES PARA 2020

“A PEC DO FIM DO FORO PRIVILEGIADO JÁ TRAMITA NO CONGRESSO DESDE 2011, E ELA ESTÁ PRONTA PARA SER VOTADA. EU FUI O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL QUANDO, HÁ MAIS DE UM ANO, A APROVAMOS, ENTÃO NÃO HÁ NENHUMA DESCULPA MAIS PARA QUE ELA NÃO SEJA APROVADA”

PEC do Fim do Foro Privilegiado, Prisão em Segunda Instância e Reforma Tributária são prioridades para o parlamentar no novo ano legislativo

Apesar do ano de 2019 ter ficado marcado por discussões relevantes e polêmicas, como a Reforma da Previdência, o pacote Anticrime e o Projeto de Lei de Abuso de Autoridade, algumas pautas ficaram em segundo plano, como foi o caso da PEC do Fim do Foro Privilegiado e a PEC da Prisão em Segunda Instância. O deputado federal Diego Garcia (Podemos-PR) defende que o Congresso Nacional deve uma resposta à sociedade em relação aos temas e irá cobrar a votação das propostas.

Para o parlamentar, de uma forma geral, as expectativas para 2020 são positivas. “Nossa expectativa é muito positiva. Eu acredito que esse ano de 2020 vai ser um ano maravilhoso para o nosso país, e nós temos uma expectativa também muito grande de avançarmos em pautas que estão há um bom tempo já sendo debatidas e discutidas pelo Congresso Nacional, como por exemplo a questão da Reforma Tributária. A gente vê que há um peso muito grande sobre as costas de toda a população brasileira por conta dos altos tributos, há uma dificuldade muito grande também que acaba sufocando o mercado, sufocando os grandes e pequenos empresários, e nós precisamos dar uma resposta para a sociedade com relação a isso”, destacou.

Em relação às PECs do Fim do Foro Privilegiado e da Prisão em Segunda Instância, Garcia também

defende que serão prioridades em suas ações do novo ano legislativo. “A PEC do Fim do Foro Privilegiado já tramita no Congresso desde 2011, e ela está pronta para ser votada. Eu fui o presidente da Comissão Especial quando, há mais de um ano, a aprovamos, então não há nenhuma desculpa mais para que ela não seja aprovada. Esse é um apelo também da sociedade brasileira em ver o fim de privilégios. A PEC da Prisão em Segunda Instância também é outra prioridade nas nossas discussões do primeiro semestre. E eu vou trabalhar muito para conseguir definitivamente aprovar essas duas importantes PECs que estão tramitando aqui na Câmara dos Deputados”, afirmou.

ELEIÇÕES MUNICIPAIS

2020 também será um ano atípico no Congresso Nacional, por conta das eleições municipais. Diego Garcia defende que o fato não pode interferir nas votações do Congresso. “Bom, eu que já vivi isso na legislatura passada, em 2016, nós tivemos pouquíssimas semanas que não tiveram atividades aqui no Congresso, então espero que o andamento das sessões aconteça da mesma forma. Não há razões para o Congresso parar. Óbvio que vamos focar bastante agora no primeiro semestre, principalmente naquelas pautas que para nós são prioritárias, para não deixar nada para o segundo semestre e vir aí a ter alguma surpresa, seja por conta do esvaziamento do Congresso ou por conta da não realização de sessões aqui na Câmara dos Deputados”, destacou.

PEC DA SEGUNDA INSTÂNCIA, FIM DO FORO PRIVILEGIADO E REFORMA TRIBUTÁRIA FARÃO A DIFERENÇA NO BRASIL”, AFIRMA JOSÉ NELTO

“A PRISÃO EM SEGUNDA INSTÂNCIA É A GRANDE PAUTA MORALIZADORA DO BRASIL. O CONGRESSO NACIONAL PRECISA VOTAR ESSA PEC PARA NÃO CORRER O RISCO DE PERDER A CREDIBILIDADE PERANTE A OPINIÃO PÚBLICA. A SOCIEDADE NÃO ACEITA MAIS QUE ESSA MATÉRIA SEJA PROTELADA, SEM UMA DECISÃO.”



Em seu segundo ano do mandato de deputado federal, José Nelto defende três pautas de grande relevância para transformar o Brasil. A começar pela PEC que prevê a prisão após a condenação em segunda instância.

O Supremo Tribunal Federal alterou três vezes o entendimento da prisão em segunda instância. Até 2009, a prisão era logo após a condenação. Em 2011, o STF adequou a compreensão, de modo a permitir a prisão após o trânsito em julgado da decisão. Já em 2016, o início do cumprimento de pena poderia começar logo após a confirmação da condenação em segunda instância. Em 2019, foi a última interpretação da jurisprudência, determinando que o réu só seja preso após o trânsito em julgado.

“Essa é a grande pauta moralizadora do Brasil. O Congresso Nacional precisa votar essa PEC para não correr o risco de perder a credibilidade perante a opinião pública. A sociedade não aceita mais que essa matéria seja protelada, sem uma decisão. A jurisprudência já foi modificada três vezes para beneficiar os corruptos, e o Congresso, que é o representante da sociedade, tem de pacificar essa matéria”, afirma José Nelto.

Outra pauta que segue na linha de combate à corrupção, e que deve ser pautada em breve, é a PEC do fim do foro privilegiado. Há mais de 420

dias engavetada na Câmara dos Deputados, o foro privilegiado abrange cerca de 55 mil autoridades. Para cobrar a votação dessa pauta, Nelto quer criar uma frente parlamentar pelo fim do foro privilegiado.

“Vamos atrás das assinaturas, quero a frente parlamentar pelo fim do foro privilegiado. Precisamos agir, cobrar que a matéria seja pautada. Ao meu ver só não querem o fim do foro privilegiado os enrolados na justiça, para quem quer a eterna impunidade. Nós, do Podemos, não queremos e não aceitamos que políticos, corruptos e criminosos permaneçam com benefícios em detrimento da sociedade”, explica o deputado federal.

Já na área econômica, Nelto avalia como essencial a reforma tributária. Segundo ele, somente assim será possível desonerar os cidadãos e garantir justiça social.

“Nós vamos trabalhar para fazer uma reforma justa, buscando dinheiro dos sonegadores, acabado com as desonerações fiscais, tributar o que é supérfluo (de bebidas alcoólicas a perfumaria), taxando as transações eletrônicas, as heranças, simplificando o sistema tributário e diminuindo o número de impostos. Hoje são quase 50 impostos, desses podemos reduzir de 12 a 15. Queremos facilitar a vida do empresário, para que ele possa abrir sua empresa em 24 horas. O Brasil precisa avançar e aprovar essas pautas e a reforma tributária”, disse.

Patrícia Domingos é funcionária Pública, atuou como delegada titular da Delegacia de Repressão aos Crimes Contra a Administração Pública (DECASP) por quatro anos, tendo instituído a cultura do combate à corrupção no âmbito da administração pública, na Polícia Civil de Pernambuco.

Patrícia esclareceu que a escolha pelo partido do Podemos está alinhada às bandeiras da transparência, do combate à corrupção e à postura dos demais parlamentares.

“O Podemos ganha mais uma guerreira no fronte do combate à corrupção”, declarou Patrícia.

Na DECASP, a nova filiada foi responsável por investigações que culminaram na deflagração de 13 operações policiais, das quais resultaram 49 prisões de agentes políticos, funcionários públicos e empresários envolvidos em corrupção, desvio de verbas e crime organizado. Um trabalho que resulta em uma recuperação de ativos num total de R\$ 13 milhões de reais.

Durante o ato de filiação, a presidente nacional do Podemos, Renata Abreu, reforçou o compromisso de atuar junto à nova filiada em defesa do estado de Pernambuco e de ter mais uma mulher integrando o corpo de políticos do Podemos. “Você representa todas as bandeiras do Podemos: da moralidade, guerreira, lutadora que não está se furtando da missão que o Estado do Pernambuco está lhe dando. Vamos estar ao seu lado nesta luta. Seja bem-vinda”, declarou a deputada Renata Abreu.

O líder do Podemos no Senado, o senador Alvaro Dias, destacou a representatividade da vinda de Patrícia para o partido na luta pelo combate à corrupção. “Não há como não valorizar a figura de uma mulher honrada e corajosa, que já demonstrou a sua coragem, sua ousadia cumprindo a sua missão como delegada. Venha para mudar, para conquistar, para avançar. Nós a apoiaremos”, considerou o senador.

O presidente do diretório do Podemos em Pernambuco, deputado federal Ricardo Teobaldo, também exaltou a filiação de Patrícia Domingos. “Com muita alegria, anunciamos hoje, em Brasília, a chegada da delegada Patrícia Domingos ao Podemos. Ao lado do senador Álvaro Dias e da nossa presidente nacional, a deputada Renata Abreu, anunciamos também a pré-candidatura de Patrícia à Prefeitura do Recife. A postulação de Patrícia é um desejo do povo recifense, reflexo de sua atuação na Decasp e seu pulso firme no combate a corrupção”.

A delegada Patrícia Domingos contará com a coordenação de campanha do deputado Ricardo Teobaldo (Podemos-PE).

“COM MUITA ALEGRIA, ANUNCIAMOS A CHEGADA DA DELEGADA PATRÍCIA DOMINGOS AO PODEMOS. ANUNCIAMOS TAMBÉM A PRÉ-CANDIDATURA DE PATRÍCIA À PREFEITURA DO RECIFE. A POSTULAÇÃO DE PATRÍCIA É UM DESEJO DO POVO RECIFENSE, REFLEXO DE SUA ATUAÇÃO E SEU PULSO FIRME NO COMBATE A CORRUPÇÃO”

**PODEMOS
ANUNCIA A FILIAÇÃO
DA DELEGADA
PATRÍCIA DOMINGOS,
PRÉ-CANDIDATA
À PREFEITURA
DO RECIFE.**



**PARTIDOS
POLÍTICOS
PODEM SER
INCLUÍDOS NA
LEI DE ACESSO À
INFORMAÇÃO**



Dados divulgados recentemente pela Transparência Internacional mostram que o Brasil caiu uma posição nos índices sobre percepção de corrupção, no universo de 180 países avaliados. Na 106ª posição, o País ficou ao lado de Albânia, Argélia, Costa do Marfim, Egito, Macedônia e Mongólia.

O relatório da Transparência Internacional destaca que a pontuação é alta nos países que respeitam as regras referentes ao financiamento de campanhas. O assunto é tratado no Projeto de Lei 4178/19, do deputado Roberto de Lucena (Podemos/SP), que, além de prever uma ampla mudança na Lei de Acesso à Informação (LAI), a Lei 12.527/11, inclui os partidos políticos entre as entidades obrigadas a atender a LAI.

“Precisamos atuar não apenas para melhorar esses índices de percepção, mas para criar processos transparentes em todas as esferas da administração pública. Incluir os partidos políticos na LAI faz parte disso. Tudo começa pelo processo eleitoral e pelo uso do fundo partidário, formado por recursos públicos previstos no Orçamento Geral da União, e é pela transparência que se evita atos de corrupção”, avalia Lucena.

O PL também permite o anonimato do cidadão que busca informações em órgãos públicos, e cria unidades específicas para atender pedidos dos cidadãos em cada órgão, que irá substituir as ouvidorias e os serviços do tipo “fale conosco”.

INSTITUTO NACIONAL DE TRANSPARÊNCIA

De acordo com o autor do projeto, Secretário de Transparência da Câmara dos Deputados, o objetivo é fechar lacunas da LAI verificadas nos últimos anos. O texto cria, ainda, o Instituto Nacional de Transparência e Acesso à Informação, que vai funcionar como um órgão de controle externo que, entre outras atribuições, vai fiscalizar o cumprimento da Lei de Acesso à Informação. O deputado afirma que o projeto se baseia em uma proposta da Organização dos Estados Americanos (OEA).

A proposta prevê que cada órgão ou entidade submetida à LAI crie uma Unidade de Transparência e Acesso à Informação, que fará a coleta, publicação e classificação das informações. É com a unidade que o cidadão fará o contato. Ela será colegiada e tomará decisões por maioria. Os membros indicados não

poderão depender hierarquicamente de uma única pessoa na estrutura interna do órgão.

Entre as funções do instituto estão: solicitar esclarecimentos das autoridades sobre pedidos de informações negados, rever a classificação de informações sigilosas, opinar sobre a LAI, e decidir os recursos apresentados por cidadãos contra decisões das Unidades de Transparência.

OUTROS PONTOS

O projeto do deputado Roberto Lucena altera outros dispositivos da LAI. Entre eles:

- Os órgãos serão obrigados a divulgar uma série de novas informações, independentemente de solicitação, como todas as vantagens pecuniárias recebidas por pessoas que trabalham para o serviço público, relatórios de auditoria, agendas previstas e realizadas das autoridades da alta administração, e íntegra dos contratos, convênios e parcerias firmados;
- Todo pedido de acesso à informação deverá ser registrado e receber um número para acompanhamento pelo solicitante. Os pedidos deverão ser registrados de recebimento e atendidos sem discriminação;
- Caso alguma autoridade se recuse a colaborar com a sua Unidade de Transparência, o Instituto Nacional será notificado, para que possa tomar as providências cabíveis;
- O Instituto aplicará as sanções previstas na LAI contra servidores que não atenderem às regras da norma. As sanções serão divulgadas nos portais de transparência do Instituto;
- O projeto considera delito penal destruir ou alterar documentos que tenham sido objeto de uma solicitação de informação.

“PRECISAMOS CRIAR PROCESSOS TRANSPARENTES EM TODAS AS ESFERAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. INCLUIR OS PARTIDOS POLÍTICOS NA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO FAZ PARTE DISSO. TUDO COMEÇA PELO PROCESSO ELEITORAL E PELO USO DO FUNDO PARTIDÁRIO, FORMADO POR RECURSOS PÚBLICOS PREVISTOS NO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO, E É PELA TRANSPARÊNCIA QUE SE EVITA ATOS DE CORRUPÇÃO”

RENATA ABREU CONVOCA CONSUMIDOR PARA ELABORAR PROJETO SOBRE PLANO DE SAÚDE

“CONVOCO OS USUÁRIOS DE PLANOS DE SAÚDE PARA TRAZEREM SUGESTÕES E AUXILIAREM NA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE LEI QUE CRIA OBRIGAÇÕES E COMPROMISSOS DAS OPERADORAS DE PLANO DE SAÚDE COM O CONSUMIDOR”

Presidente nacional do Podemos, a deputada federal Renata Abreu (Podemos-SP) convoca usuários de planos de saúde para a elaboração de um projeto de lei que cria obrigações e compromissos das operadoras para com o consumidor. Segundo ela, o serviço prestado, há muito tempo, tem deixado a desejar em vários quesitos: reajustes pesados da mensalidade, rede credenciada diminuída, impedimento de downgrade, além da pressão dessas empresas para forçar a aquisição ou migração de um plano de pessoa jurídica.

“Estou pedindo às pessoas que relatem seus problemas e suas dificuldades com as operadoras de saúde. Pretendo compilar tudo para a proposta que vou protocolar na Câmara”, diz Renata Abreu, que tem recebido vários relatos pelas redes sociais.

Entre as reclamações, estão os reajustes. “Seja no plano individual, familiar ou coletivo, todo ano tem aumento. Tem reajuste anual (até abril deste ano o permitido é de 7,35%), reajuste por mudança de faixa etária (muitas vezes abusivos) e reajuste por sinistralidade (que é aplicado apenas para os contratos coletivos)”, ressalta a deputada.

MUDANÇA DE FAIXA

Além da aplicação do reajuste anual (até abril deste ano o permitido é de 7,35%), os planos individuais e coletivos também são autorizados pela ANS (Agência

Nacional de Saúde) a praticar um aumento de acordo com a mudança de faixa etária. Ele acompanha a variação da idade do beneficiário e só pode ser aplicado nas faixas autorizadas: 0 a 18 anos; 19 a 23; 24 a 28; 29 a 33; 34 a 38; 39 a 43; 44 a 48; 49 a 53; 54 a 58 e acima de 59 anos.

As operadoras alegam que o alto custo de procedimentos oferecidos por hospitais e médicos justifica todos os reajustes.

“O aumento dos planos por faixa etária é uma das principais reclamações, principalmente dos idosos, que pagam mais caro por utilizarem os serviços médicos com mais frequência. Não é à toa que plano de saúde é campeão de reclamações de consumidores, segundo o Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor)”, revela a parlamentar.

A partir de 2004, com o Estatuto do Idoso, proibiu-se o reajuste por faixa etária para usuários a partir de 60 anos de idade. A Resolução Normativa (RN nº 63), publicada pela ANS em dezembro de 2003, determina que o valor fixado para a última faixa etária não pode ser superior a seis vezes o valor da primeira faixa (0 a 18), o que significa um aumento de 500%. Antes concentrados principalmente nas faixas de 50 a 59 anos e de 60 a 69, os reajustes passaram a pesar mais nas faixas dos 44 e 48 anos e na faixa acima dos 59 anos.



JULGAMENTO NO STJ

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) vai discutir neste ano a validade do aumento das mensalidades de planos de saúde com base na faixa etária dos segurados. O caso é controverso e deverá ser decidido pelo tribunal em um recurso repetitivo (quando uma decisão pode ser aplicada a vários casos semelhantes no STJ). A decisão deverá afetar 766 processos que tratam do assunto em todo o país.

O ministro Paulo de Tarso Sanseverino, relator do processo, convocou para 10 de fevereiro, às 14h, uma audiência pública para ouvir especialistas sobre a questão. Estarão presentes representantes do Ministério Público Federal, Defensoria Pública, Federação Nacional de Saúde Suplementar, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, União Nacional das Instituições de Autogestão da Saúde, entre outros.

SERVIÇO DIMINUÍDO

Com seu projeto de lei, Renata também quer que as operadoras assumam o compromisso pela manutenção da rede credenciada de médicos, clínicas laboratoriais e hospitais ao longo da vigência dos contratos. “As operadoras descredenciam prestadores de serviço e, muitas vezes, não os

substituem, fazendo com que o segurado continue a pagar o mesmo preço por um serviço reduzido”, detalha a deputada federal.

Dentre outras obrigações que irão constar de seu PL, Renata Abreu destaca o direito de o beneficiário fazer downgrade, migrando para um plano mais acessível a seu bolso. “Não são poucos os relatos de quem não conseguiu fazer isso, porque é frequentemente recusado pelas operadoras, obrigando o consumidor a continuar com o plano no padrão originalmente contratado ou a cancelar.”

A parlamentar também tomou conhecimento que operadoras têm pressionado a contratação da modalidade empresarial em detrimento do plano de saúde individual. Trata-se de uma forma de escapar do reajuste tabelado, preferindo vender o formato coletivo, cujo aumento é de livre negociação. “E quem não tem CNPJ, se vê obrigado a abrir uma empresa para continuar assistido em sua saúde, caso não consiga mais pagar o plano individual”, indigna-se a deputada.

A ANS diz que não define o percentual máximo de reajuste para os planos coletivos por entender que as pessoas jurídicas têm maior poder de negociação junto às operadoras.

LÉO MORAES É O NOVO LÍDER DO PODEMOS

“ ESTOU MUITO LISONJEADO POR ESTAR NA LIDERANÇA DO PODEMOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS, NO ANO DE 2020. NÓS VAMOS SEGUIR PRIMANDO PELA COERÊNCIA POLÍTICA, SEM ENTRAR NESSA POLARIZAÇÃO DOENTIA DE ESQUERDA OU DIREITA, QUE ACABA FAZENDO O CONGRESSO SE APEQUENAR. VOTAREMOS PROJETOS IMPORTANTES PARA O PAÍS E PARA O POVO BRASILEIRO. ”

O deputado federal Léo Moraes (Podemos/RO) será a principal voz do partido Podemos durante todo o ano de 2020 na Câmara Federal. Eleito por unanimidade, o jovem congressista entra para a história como o líder mais jovem (36 anos) e o primeiro parlamentar de Rondônia a se tornar líder de sua legenda. Essa posição no partido o coloca, de forma definitiva, entre os parlamentares de maior destaque no cenário nacional.

Em seu primeiro ano a representar uma das oito cadeiras de Rondônia na Câmara dos Deputados, o parlamentar já recebeu homenagem da plataforma Ranking dos Políticos, tendo alcançado a 16ª posição na lista dos melhores deputados do Brasil. Além disso, foi considerado um dos melhores parlamentares das Regiões Norte e Nordeste.

Não obstante à sua firme defesa do povo rondoniense, o congressista tem chamado a atenção do povo brasileiro, integrando pautas relevantes em âmbito nacional. Além de ser um grande defensor dos profissionais da segurança pública, Léo Moraes integra 22 comissões, entre elas a da Reforma da Previdência, a de Fiscalização de Agências Reguladoras, a de elaboração do Código de Energia Nacional, a da Reforma Penal, a do Médicos pelo Brasil, entre outras.



Como líder do partido, o parlamentar rondoniense pretende manter o seu compromisso com a coerência, sem apego a conflitos ideológicos. “Via de regra, os conflitos ideológicos não levam a nada. Precisamos criticar e nos posicionar de forma contrária quando não concordamos. Contudo, apoiaremos os projetos relevantes e necessários para o progresso do país”, afirmou o deputado Léo Moraes.

Em 2019, Léo Moraes apresentou 144 Proposições Legislativas, 35 Projetos de Lei na Câmara, lutou para criar a CPI da ANEEL e pela transformação dos agentes penitenciários em Polícia Penal. Na CCJ, ele foi relator da PEC que torna o crime de estupro imprescritível no Brasil. Além disso, o novo líder criou projeto para limitar a cobrança de juros de cheque especial, se posicionou contra a alta dos preços dos combustíveis e contra a taxação da energia solar.

Muitos serão os desafios do novo líder do Podemos

nesta sessão legislativa de 2020. Entre os temas que vão ocupar o debate parlamentar, estão as propostas de reformas tributária e administrativa, as que visam alterar regras no Código de Trânsito, a elaboração do Código Brasileiro de Energia Elétrica e a retomada do debate sobre a prisão após a condenação em segunda instância.

PERFIL

Léo Moraes tem 36 anos, é bacharel em direito, formado pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Iniciou a carreira política durante a vida acadêmica, tendo atuado no Centro Acadêmico de Direito, onde se tornou Secretário Geral do Diretório Central dos Estudantes (DCE), entidade que representava 25 mil estudantes na época. Após ter atuado como vereador e deputado estadual em Porto Velho-RO, foi o deputado mais votado do Estado de Rondônia em 2018, com 69.565 votos.



“QUEREM ENTREGAR O MONOPÓLIO DO JOGO NO BRASIL PARA INVESTIDORES DOS ESTADOS UNIDOS E EMPURRAR O MERCADO NÃO REGULADO PARA ESTRUTURAS CRIMINOSAS, O QUE SERIA UM ABSURDO. NÃO PODEMOS DEIXAR QUE ISSO ACONTEÇA”

BACELAR ALERTA PARA RISCO DE MONOPÓLIO DOS JOGOS

O coordenador da Frente Parlamentar Mista pela Aprovação do Marco Regulatório dos Jogos, deputado federal Bacelar (Podemos/BA), alertou os colegas para o risco da criação de um monopólio de cassinos no Brasil, com a liberação apenas dessa modalidade de jogos de azar.

Segundo o deputado, setores da Câmara e da imprensa estariam se articulando para a implantação de cassinos-resorts integrados no país, que seriam administrados por grandes corporações norte-americanas. “Tenho percebido que a movimentação é legalizar apenas três cassinos. Querem entregar o monopólio do jogo no Brasil para investidores dos Estados Unidos e empurrar o mercado não regulado para estruturas criminosas, o que seria um absurdo. Não podemos deixar que isso aconteça”, declarou.

Bacelar citou estudos que apontam a movimentação de R\$ 60 bilhões de reais por ano, no Brasil, envolvendo cassinos, jogo do bicho, caça-níqueis e apostas on-line, sendo que os cofres públicos deixam de arrecadar mais de 20 bilhões. A legalização retiraria os jogos da clandestinidade, com a garantia de arrecadação e geração de milhares de empregos. “Nós estamos perdendo dinheiro. Esses bilhões poderiam ser investidos em educação, saúde e segurança pública. Além dos tributos, a legalização pode gerar mais vagas de trabalho e incrementar o turismo. Não podemos fechar os olhos para isso. A proteção do cidadão dos efeitos nocivos do jogo clandestinos”.

MEDEIROS APRESENTA PROJETO PARA MANTER INCENTIVOS À PRODUÇÃO DE ENERGIA SOLAR

“APRESENTEI PROJETO PARA IMPEDIR QUE A AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL, RETIRE OS INCENTIVOS ATUALMENTE VIGENTES PARA A PRODUÇÃO DE ENERGIA POR PAINÉIS SOLARES ATÉ, PELO MENOS, 2045”

O deputado federal José Medeiros (Podemos/MT) protocolou já no primeiro dia de sessão do Congresso Nacional em 2020 - 3 de fevereiro - um projeto de lei (PL 16/2020) para impedir que a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel retire os incentivos atualmente vigentes para a produção de energia por painéis solares até, pelo menos, 2045.

O deputado lembrou que a Aneel abriu consulta pública, em 2019, com intenção de alterar as regras de relacionamento tarifário com quem fornece energia à rede pública. A ideia da Agência, segundo Medeiros, era que na compensação de créditos das unidades consumidoras incidisse uma taxa que representaria o custo das distribuidoras com a manutenção da rede. Segundo Medeiros, porém, os cidadãos têm toda razão ao reclamar.

“As pessoas que investiram assim fizeram pelo interesse óbvio de ficar autossuficiente em energia elétrica, ou seja, na relação sobre produção e gasto atingir o superávit para não ter mais custos com faturas. Isso permitiria que, em alguns anos, os painéis se pagassem. Independente do mérito da questão e dos argumentos da ANEEL, o que não se pode é mudar a regra no meio do jogo. Tornar o sistema inviável agora é uma sacanagem com quem acreditou na promessa”, pontuou o parlamentar.

Medeiros, que já até foi o proponente de uma audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Urbano – CDU sobre o assunto, afirma que há uma convergência das forças políticas em pacificar a questão. “O presidente Bolsonaro mostrou preocupação com os geradores de energia, bem como o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e do Senado, Davi Alcolumbre. Todos estão sensíveis à necessidade do Congresso colocar norte nesta questão. Não podemos viver de portarias da ANEEL, justamente por isso a ideia é dar celeridade na tramitação desta proposta para equacionarmos a questão o mais rápido possível”, explicou o deputado.

O parlamentar acredita que nos próximos 25 anos será possível então que o mercado se estabeleça devidamente e que a partir da data previamente citada de janeiro de 2046 se rediscuta os termos. “Não podemos nos esquecer de que estamos falando de uma energia limpa, de uma tecnologia que traz ganhos importantíssimos ao mundo e é fundamental crescermos de maneira sustentável. A demanda de energia só tende a crescer e creio que este tempo de carência é razoável para que ninguém seja enganado ou saia no prejuízo. É fundamental que se planeje a evolução das coisas quando envolve o bolso alheio, com a clareza que isso requer”, comentou.

IGOR TIMO ANUNCIA PARCERIA PARA GARANTIR ÁGUA E MAIS DIGNIDADE PARA MORADORES DO VALE DO JEQUITINHONHA

O ano de 2020 começou com muitos desafios para os parlamentares no Congresso Nacional. O deputado federal Igor Timo (Podemos/MG) destaca que assuntos como a aprovação da prisão em segunda instância, fim do foro privilegiado e reformas estruturantes como a tributária e a administrativa continuam em alta na pauta do Congresso Nacional.

O parlamentar destaca como uma das prioridades na sua agenda para 2020 atender às reivindicações históricas dos moradores do Vale Jequitinhonha. Projeta-se um programa de desenvolvimento territorial estratégico que tem como prioridade as pessoas e como um dos eixos principais atuar para trazer segurança hídrica e aumento do potencial hídrico para viabilizar o desenvolvimento socioeconômico no Vale.

“Estou fechando parcerias com institutos responsáveis pelo Programa “Semeando o Futuro no Vale do Jequitinhonha” que irá atuar na “produção de água” com a revitalização de bacias hidrográficas,

perenização de abastecimento, conservação de solo e arranjos produtivos para os moradores do Vale, itens essenciais para desenvolvimento social e econômico”, anuncia o parlamentar.

De acordo com levantamento preliminar realizado pelo Instituto Espinhaço, um dos parceiros neste amplo programa, mais de 50 municípios e cerca de 45 mil propriedades rurais que integram a região do Vale do Jequitinhonha terão acesso ao programa de gestão integrada de território, com foco em pessoas, água e engajamento social. Hoje o Vale tem cerca de 16 mil hectares de déficit de vegetação declarados pelos proprietários rurais que, com base nesse amplo programa, receberão mudas de árvores nativas apropriadas para cada região, além das ações de conservação de solo e água.

“As equipes do Instituto Espinhaço e do Instituto Sagres detêm tecnologia de ponta e metodologias que vão cooperar fortemente para mudar a realidade do Vale do Jequitinhonha. O estudo inicial já feito



“ UMA DAS PRIORIDADES DA MINHA AGENDA PARA 2020 É ATENDER ÀS REIVINDICAÇÕES HISTÓRICAS DOS MORADORES DO VALE JEQUITINHONHA GARANTINDO SEGURANÇA HÍDRICA E AUMENTO DO POTENCIAL HÍDRICO PARA VIABILIZAR O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO VALE. ”

por eles mostra que a falta de água por lá também é fruto, em boa parte, pelas características e uso do solo, ausência de vegetação, somadas ao regime de chuva e retenção da água no solo. Precisamos, com esse apoio, salvar esse importante recurso e vidas”, disse o parlamentar.

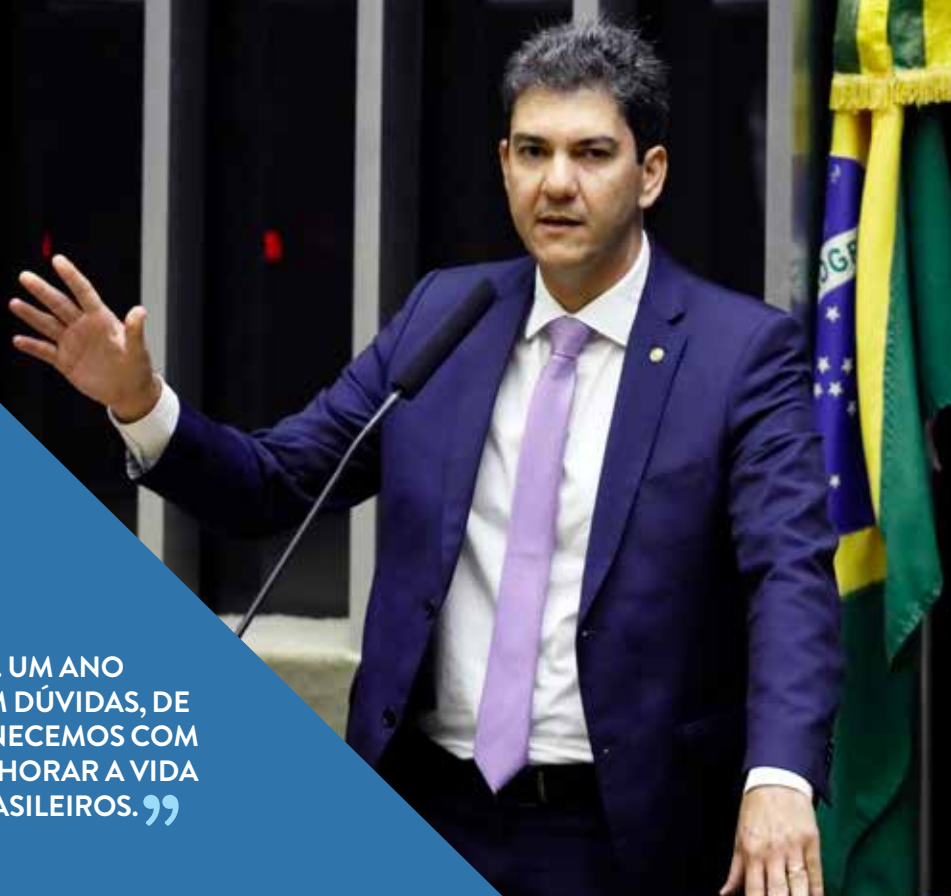
Segundo Igor Timo, a ideia é que os moradores do Vale do Jequitinhonha possam ser melhor assistidos e sejam valorizadas como devem ser. A parceria prevê, também, além da implantação de recuperação da vegetação nativa e conservação de solo e água, a implantação de sistemas agroindústrias e arranjos produtivos familiares para estímulo da economia endógena, com uma abordagem integrada e sistêmica.

“Além da recuperação ambiental, quero que as pessoas se tornem multiplicadoras de boas práticas para as próximas gerações e possam ter autonomia para produzir alimentos e gerar renda. As pessoas do Vale não serão mais esquecidas”, avalia o parlamentar.

O Programa Semeando o Futuro será desenvolvido por uma rede de parceiros (da sociedade civil organizada, governos locais, academias e iniciativa privada), tendo com base a tecnologia do Instituto Espinhaço para revitalização de bacias hidrográficas e recuperação em larga escala de vegetações nativas, em parceria com o Instituto Sagres, organização que é especializada em gestão estratégica e planejamento territorial. Para isso será firmado termo de cooperação. A expectativa é de que as áreas degradadas do Vale sejam recuperadas em um programa de médio a longo prazo, com articulação de ações locais e resultados efetivos para a sociedade. O projeto conceitual do Programa Semeando o Futuro será elaborado de forma voluntária pelo Instituto Espinhaço, organização que é referência brasileira em recomposição florestal de larga escala, tendo proposto os maiores projetos em curso no Brasil. O Instituto Espinhaço nasceu em Minas Gerais, atua em oito estados brasileiros e está presente 12 países além do Brasil.

EDUARDO BRAIDE DESTACA O CAMINHO DO BRASIL PARA 2020

“ESTAMOS PRONTOS PARA 2020. UM ANO CHEIO DE EXPECTATIVAS E, SEM DÚVIDAS, DE MUITAS REALIZAÇÕES. PERMANECEMOS COM O MESMO OBJETIVO: O DE MELHORAR A VIDA DOS MARANHENSES E DOS BRASILEIROS.”



O deputado federal Eduardo Braide (Podemos/MA) está cheio de expectativas para o ano legislativo de 2020. Desde que assumiu o mandato na Câmara dos Deputados, ele tem buscado trabalhar por matérias importantes para o crescimento do Brasil.

“Nossas propostas foram bem avaliadas e mantivemos a nossa posição bem definida. Por isso, estamos prontos para 2020. Um ano cheio de expectativas e, sem dúvidas, de muitas realizações. Permanecemos com o mesmo objetivo: o de melhorar a vida dos maranhenses e dos brasileiros”, pontuou Braide.

Dentre as propostas apresentadas pelo parlamentar, destaca-se a luta contra o câncer. Braide é o autor da PEC que cria o Fundo Nacional de Prevenção e Combate ao Câncer e do PL do Estatuto da Pessoa com Câncer.

“APEC foi aprovada em tempo recorde por unanimidade na CCJ, aguardando somente a instalação da Comissão Especial que analisará a proposta. Da mesma forma foi com o PL do Estatuto da Pessoa com Câncer, aprovado na Comissão de Seguridade Social e que já está na CCJ, última comissão que analisará o projeto antes de seguir ao Senado. Sem dúvidas, um marco para essa luta que deve ser sempre constante e de todos nós”, explicou.

Sobre a expectativa de matérias a serem votadas em 2020, Eduardo Braide é taxativo. “A Reforma Tributária, sem dúvidas, para que o Brasil possa retomar

o crescimento econômico e gerar novos empregos. Além disso, a aprovação do novo FUNDEB, para que sejam destinados mais recursos à educação de estados e municípios”, afirmou.

Braide também aponta matérias que foram votadas no primeiro ano de seu mandato como deputado federal.

“Destaco a aprovação do Projeto de Lei nº 5.478/19, que definiu a distribuição entre estados e municípios, de parte dos recursos do leilão de petróleo do pré-sal. Só o Maranhão recebeu R\$ 280 milhões e São Luís, mais de R\$ 28 milhões. Temos ainda o grande avanço com a aprovação do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas de Alcântara. Colocamos o Maranhão definitivamente no cenário aeroespacial brasileiro. Por fim, cito a aprovação da MP da Liberdade Econômica, que facilitou a vida de quem quer empreender no Brasil. Essas três medidas também contribuirão de forma significativa para o crescimento econômico do país”, disse o parlamentar.

Eduardo Braide aponta ainda que o ano de 2020 será de muito trabalho no Congresso Nacional.

“Estamos em um ano que será um verdadeiro divisor de águas para a população de todo o país. As eleições vão permitir que os municípios possam alcançar grandes conquistas. E essas conquistas começam a ser trabalhadas aqui no Congresso. Nós sabemos o que é preciso ser feito para que o Brasil possa trilhar o caminho do desenvolvimento”, finalizou o deputado.

A deputada federal Patrícia Ferraz protocolou projeto de lei que universaliza o acesso à Carteira Estudantil no Brasil. Pela proposta, o Ministério da Educação poderá fornecer o documento em modelo digital e de forma gratuita a estudantes do ensino fundamental, médio e superior.

“Existe um monopólio das carteirinhas estudantis no país. Permitir a emissão pelo MEC é ampliar o direito dos estudantes, já que muitos não têm condições de pagar pela carteira e ter acesso ao benefício da meia-entrada em eventos culturais e esportivos”, explica a deputada.

Para Patrícia Ferraz, o Congresso “errou” ao não votar a Medida Provisória editada pelo governo Bolsonaro que criava a chamada ID Estudantil. A MP perdeu a validade no dia 16 de janeiro.

“Nosso projeto vem reparar o erro cometido pelo Congresso, que engavetou a MP da ID Estudantil. A nossa proposta não excluiu nenhuma entidade já autorizada, apenas inclui o MEC no rol dos credenciados. É mais uma opção para os estudantes escolherem na hora de emitir a carteirinha”, aponta a parlamentar.

Além disso, a deputada reforça que o MEC tem mais condições de apurar supostas fraudes e tomar providências contra informações falsas autodeclaradas.

Enquanto a MP da ID Estudantil esteve em vigor, estima-se que 300 mil estudantes tenham emitido a carteirinha pelo site do MEC. Conforme informações do próprio ministério, o governo gasta 0,15 centavos por carteira.

PROJETO DE PATRÍCIA FERRAZ GARANTE AO MEC EMISSÃO DE CARTEIRA ESTUDANTIL GRATUITA

“EXISTE UM MONOPÓLIO DAS CARTEIRINHAS ESTUDANTIS NO PAÍS. PERMITIR A EMISSÃO PELO MEC É AMPLIAR O DIREITO DOS ESTUDANTES, JÁ QUE MUITOS NÃO TÊM CONDIÇÕES DE PAGAR PELA CARTEIRA E TER ACESSO AO BENEFÍCIO DA MEIA-ENTRADA EM EVENTOS CULTURAIS E ESPORTIVOS.”







EXPEDIENTE

LIDERANÇA DO PODEMOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Líder do Podemos na Câmara dos Deputados:
deputado federal Léo Moraes (RO)

Presidente Nacional do Podemos: deputada federal Renata Abreu

Chefe de Gabinete: Fábio de Souza Oliveira

Direção Geral: Fernando Vieira

Jornalista Responsável: Alisson Esteves

Revisão Geral: Gabrielle Fernandes

Colaboradores: Danielle Soares, Danilo Oliveira, Flávio Leite, Hevandro Soares, Lola Nicolás, Mariana Torres, Marília Jardim, Izadora Resende, Maura Mosquera, Tábita Marinho, Bruno Borges, Samuel Sudré, Saulo Rolim, Thiago Bastos, Rafaella Panceri, Fabrício Carbonel, Sérgio Lima, Renato Marques, Robert Alves.

Projeto gráfico: IV5 Inteligência em Comunicação e Marketing

JUNTOS
PODEMOS

 /podemos19

 www.podemos.org.br

 **podemos**
CÂMARA